

**Projeto de Pesquisa Jurídica:
Uma Etapa Essencial para a Produção Acadêmica***

Valter Fernandes da Cunha Filho**

Resumo: O presente texto foi construído com o intuito de ajudar os acadêmicos e outros pesquisadores a refletirem sobre o projeto de pesquisa. Adotou-se a sistemática de exposição dos principais elementos dando uma idéia de construção do projeto. Este método permite tanto a reflexão sobre tais elementos quanto a sua operacionalização a título de exemplo.

Palavras-chave: Pesquisa, Projeto, Método, Metodologia, Ciência Jurídica.

Abstract: The present text was made with the goal to help academics and other researchers think about the research project. It was adopted the system of exposing the main elements, giving an idea of the building of the project. This method allows both the reflection on such elements and its operationalism by way of example.

Key-words: Research; Project; Method; Methodology; Legal science.

1 O Projeto De Pesquisa

O projeto é o planejamento da pesquisa. Consiste no detalhamento do caminho que o autor percorrerá para realizar a investigação científica. O projeto está para a pesquisa assim como a carta de vôo está para o piloto. Portanto, o projeto tem o caráter de “guia” ou de orientador num determinado trajeto. Um viajante de automóvel que pretende ir a um lugar desconhecido dificilmente sairá de casa sem um mapa rodoviário. Um pesquisador que partir para uma pesquisa sem um projeto fatalmente se perderá no caminho.

Mas o projeto não tem apenas a função de orientar. Ele também se presta a função de fornecer dados prévios sobre a pesquisa que se pretende realizar. O projeto é o instrumento mais eficaz para o orientador ou avaliador ponderar os pressupostos, objetivos e métodos propostos pelo pesquisador. Este expediente é muito utilizado por instituições de ensino, institutos de pesquisa e agências de fomento. Portanto, a

* Agradeço aos colegas professores Andrea Roloff Lopes e Emerson Gabardo pela leitura atenta e sugestões feitas ao texto original, bem como a Ozias Paese Neves pelas indicações bibliográficas. Certamente são responsáveis pelo que há de bom neste escrito. Os erros são meus.

** Doutor em História pela UFPR. Professor de Ciência Política e Teoria do Estado e Metodologia da Pesquisa Jurídica. Professor do Curso de Especialização em Administração Pública da UniBrasil. Coordenador do Núcleo de Monografias da Escola de Direito e Relações Internacionais da UniBrasil. Desenvolve pesquisas em Metodologia da Pesquisa, História Institucional, Análise de Políticas Públicas e Processos Decisórios, e em Democracia e Direitos Fundamentais. Membro do NUPECONST. E-mail: fernandescunha@uol.com.br.

PROJETO DE PESQUISA JURÍDICA: UMA ETAPA ESSENCIAL PARA A PRODUÇÃO ACADÊMICA

elaboração do projeto também cumpre o papel de fornecer elementos para reavaliar a viabilidade “econômica” do investimento, caso o aluno procure concorrer a uma bolsa nas agências estatais de fomento a pesquisa (CAPES, CNPq, FAPESP, Fundação Araucária, etc.).

Cada instituição tem um modelo de projeto de pesquisa. Isto exige dos candidatos aos programas de pós-graduação e institutos de pesquisa uma verificação prévia do formato de projeto exigido por cada instituição, antes de submetê-lo à avaliação. Embora diferindo em alguns elementos, ou quanto à ordem deles, a maior parte dos modelos de projetos de pesquisa exige as mesmas informações. Neste artigo utilizar-se-á o modelo de projeto exigido pelo Curso de Direito das Faculdades Integradas do Brasil – UniBrasil, instituído pela Instrução Normativa nº 01/2005, da Coordenação Geral do Curso de Direito.¹

2 Elementos do Projeto

Um projeto de pesquisa é formado por uma série de elementos que permitem um entendimento rigoroso das práticas e ações que o pesquisador adotará no desenrolar da pesquisa. Cada um desses elementos está relacionado a questões específicas do processo de investigação, bem como a fases determinadas do mesmo.

2.1 Apresentação

Para efeitos didáticos a apresentação estará subdividida em três partes: escolha do tema, delimitação do tema e formulação do problema. Contudo, num projeto de pesquisa, estes tópicos devem estar num texto único, ligados coerentemente.

2.1.1 Escolha do tema

Todo o cuidado deve ser tomado no momento da escolha do tema de pesquisa. Desta escolha dependerão todas as outras que serão feitas no decorrer do projeto. Em geral, a definição do tema é determinada por fatores que podem dizer respeito ao pesquisador ou ser alheios à sua vontade. Olga Maria boschi Aguir de OLIVEIRA fala de três fatores:² Duplicidade: para que o trabalho de pesquisa não se torne uma mera repetição

¹ COORDENAÇÃO GERAL DO CURSO DE DIREITO – UNIBRASIL. Instrução Normativa nº. 01 de 06 de dezembro de 2005. Estabelece novas regras para o processo de elaboração e apresentação do Trabalho de Conclusão do Curso de Direito, em substituição à Instrução Normativa nº. 01/2004. Disponível em: <http://www.unibrasil.com.br/arquivos/direito/regulamentoMonografiasDireito.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2006.

² OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar de. *Monografia jurídica: orientações metodológicas para o trabalho de conclusão de curso*. Porto Alegre: Síntese, 2001, pp. 17, 18.

do que já se tem pesquisado e escrito, o pesquisador deverá realizar um recorte temático que lhe permita a variação teórica, metodológica e argumentativa. Exeqüibilidade: para que uma pesquisa se concretize é necessário que o projeto seja viável. A execução de uma pesquisa sobre determinado tema só será viabilizada se o pesquisador obtiver respostas afirmativas às questões: a) Tenho facilidade de acesso às fontes primárias? b) Há farta bibliografia? c) Tenho tempo para executar a pesquisa? d) As fontes são acessíveis na(s) língua(s) que eu domino? É certo que há outras questões que limitam a escolha do tema para pesquisa, porém todas se resumem numa pergunta básica que o pesquisador deve formular ao escolher seu tema de pesquisa: dadas às condições que verifico (no tocante ao tempo, acesso às fontes, etc) terei possibilidade de executar uma pesquisa neste tema? Interesse: grande parte dos especialistas em metodologia da pesquisa jurídica tendem a afirmar que este é o fator que mais pesa (e, segundo eles, “deve” pesar) na escolha do tema. A presunção geral é de que se o investigador escolhe um assunto com o qual tem mais afinidade a pesquisa tem mais chances de se realizar.³ Nada mais preferível do que esta condição ideal. Entretanto, outras condições limitam este fator: a) Falta de Especialistas: há casos em que simplesmente não existem estudiosos capacitados para orientar determinados temas. É muito comum, no mundo da pesquisa, o estudioso se deslocar para outro Estado, e até para outro país, a fim de ser orientado por um especialista no tema, do qual prefere não abrir mão; b) Escassez de Especialistas: mais comum ainda, é a existência de poucos especialistas aptos a orientar determinados assuntos. Nos programas de mestrado e doutorado os professores-orientadores têm um número limitado de vagas para os ingressos. Por isso, é praxe haver uma seleção rigorosa que inclui prova de língua estrangeira, prova de conteúdo específico e avaliação da viabilidade de execução do projeto de pesquisa, somente os primeiros classificados no teste serão incluídos no programa. Os outros, caso não queiram mudar de tema, terão que tentar no próximo ano.

A escolha do tema de pesquisa, portanto, é condicionada por uma série de fatores que acabam levando o estudioso a pesquisar um assunto que, inicialmente, não estava entre os primeiros de sua lista de preferências. Neste caso, o pesquisador deve ser suficientemente criativo para definir um tema que esteja mais próximo possível do desejado e que possa ser orientado por um especialista disponível.

2.1.2 Delimitação do tema

Considerando que a monografia é um estudo aprofundado sobre determinado tema e atentando para as exigências do fator exeqüibilidade, impõe-se ao pesquisador a necessidade de verticalizar o tema escolhido. Quanto mais amplo ele for, maior será

³ Para se ter uma idéia de como os autores têm dado maior peso ao fator “interesse”, na escolha do tema, ver: MONTEIRO, Geraldo Tadeu Moreira. *Metodologia da pesquisa jurídica: manual para elaboração e apresentação de monografias*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, pp. 76, 77; OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar de. *op.cit.*

PROJETO DE PESQUISA JURÍDICA: UMA ETAPA ESSENCIAL PARA A PRODUÇÃO ACADÊMICA

a dificuldade de acesso do pesquisador às fontes, maior será o tempo exigido, maior terá que ser a capacidade do estudioso para coletar e analisar informações entre outras tantas dificuldades que poderão acarretar o insucesso da pesquisa.

Supõe-se que um aluno escolha o seguinte tema: *Democracia, Violência e Direitos Fundamentais*. De início, vários problemas vêm à tona: a) O estudioso irá pesquisar democracia e violência em todo o mundo? Da Grécia antiga até hoje? b) Ele terá condições de coletar dados em todos os lugares? c) Ele domina todas as línguas? d) Ele tem conhecimento teórico para dar explicações coerentes a realidades tão diversas? Os questionamentos primários podem preencher uma folha inteira, e cada um deles se desdobra em inúmeras questões que poderiam preencher outras tantas. Vê-se, portanto, que o tema escolhido torna o projeto (e conseqüentemente a pesquisa) altamente questionável. A solução é a delimitação do tema.

A operação não é complicada, pois implica em decompor o grande tema em partes menores e escolher uma ou mais delas, dependendo da natureza da pesquisa. Esta divisão do tema geral pode ser tanto em termos de área e ramo, como aponta Pablo JIMENEZ SERRANO,⁴ quanto espacial e temporal, como na opinião de Geraldo Tadeu Moreira MONTEIRO.⁵ No caso do tema usado como exemplo, *Democracia, Violência e Direitos Fundamentais*, algumas delimitações são possíveis:

- Democracia e Violência: uma perspectiva sociológica (área);
- Democracia e Violência na Filosofia Política Contratualista (ramo);
- Democracia e Violência: uma análise do Estado de exceção imposto em 1964 (tempo);
- Democracia e Violência: estudo sobre Curitiba, de 1990-2000 (espaço-tempo).

No momento da delimitação do tema o pesquisador tem a possibilidade de resolver o problema da adequação do tema à disponibilidade de orientador. Por exemplo, caso se queira pesquisar o tema *Democracia, Violência e Direitos Fundamentais* e se lhe delimite por um ramo de conhecimento, ter-se-ia *Democracia, Violência e Direitos Fundamentais: um diálogo com o Direito Penal Contemporâneo*. Entretanto, percebe-se que há falta ou escassez de orientador no ramo do Direito Penal ou então, o que também é comum, não há penalistas que se sentem à vontade para orientar este tema específico. Com criatividade o pesquisador poderá solucionar o problema da “falta de orientador”, tão recorrente nos institutos de pesquisa. Delimitando o tema de outra forma ele terá mais orientadores à disposição, sem abandonar o tema geral. Por que não pesquisar o tema a partir da perspectiva histórica? Com uma delimitação do tipo

⁴JIMÉNEZ SERRANO, Pablo. *Metodologia do ensino e da pesquisa jurídica: manual destinado à requalificação da atividade docente e da pesquisa científica nas universidades*. Barueri: Manole, 2003, pp. 96, 97.

⁵MONTEIRO, Geraldo Tadeu Moreira. *op.cit.*, p. 76.

Democracia, Violência e Direitos Fundamentais: Sociedade e Estado na República Velha (1889-1930), poder-se-á desenvolver uma pesquisa rica sobre as tensões entre teses republicanas e práticas autoritárias em certo período da história do Brasil. Esta pesquisa pode se aproximar ainda mais da delimitação anteriormente abandonada (*Democracia, Violência e Direitos Fundamentais: um diálogo com o Direito Penal Contemporâneo*), se o pesquisador solicitar co-orientação a um penalista, que o auxiliaria na interpretação das leis penais vigentes na República Velha, bem como o colocaria em contato com doutrinadores da época.

2.1.3 Formulação do problema

Pouco vale delimitar o tema se o pesquisador não o transformar em um problema para a pesquisa, mas não é qualquer problema que pode ser problema para pesquisa. Deisy VENTURA alerta para a questão de que o tema, após a sua delimitação, “deve ser problematizado, não do ponto de vista fático, mas do ponto de vista da pesquisa”.⁶ Segundo a autora, “isto fará com que a pesquisa adquira consistência do ponto de vista lógico e tenha valor científico”.⁷ Do ponto de vista científico pouco adiantará para a pesquisa uma problematização do tipo: “Como acabar com a violência no Brasil?” Para um tema delimitado da forma “*Democracia, Violência e Direitos Fundamentais: estudo sobre Curitiba, 1990-2000*”, ficaria interessante o seguinte problema: *a violência em Curitiba, durante a década de 1990, pode estar associada à falta e efetividade dos direitos sociais?* Desta forma, tem-se um problema que provoca o pesquisador. Uma problematização clara e concisa facilita o desenrolar do restante do projeto e, posteriormente, da pesquisa. É importante que o problema seja formulado na forma de uma pergunta, pois não só contribui para a sua caracterização como problema, mas também auxilia na elaboração da hipótese de trabalho.⁸

2.2 Hipóteses e variáveis

A formulação da hipótese correspondente à resposta provisória ao problema de pesquisa. Mas não pode ser qualquer resposta, pois deve estar informada por uma teoria, concepção ou mesmo ideologia. Sua função é orientar o pesquisador quando da realização da pesquisa. Estabelecendo uma resposta *a priori* à problemática, o estudioso terá melhores condições de definir um trajeto (ou método) pelo qual seu trabalho será desenvolvido. Tomando por base o problema proposto na seção anterior,

⁶ VENTURA, Deisy. *Monografia jurídica: uma visão prática*. 2ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002, p. 74.

⁷ *Id.*

⁸ É o que ensina OLIVEIRA, Sílvio Luiz de. *Metodologia científica aplicada ao direito*. São Paulo: Pioneira, 2002, p. 169.

PROJETO DE PESQUISA JURÍDICA: UMA ETAPA ESSENCIAL PARA A PRODUÇÃO ACADÊMICA

pode-se formular a seguinte hipótese: “A ampliação do acesso da população às prestações estatais de cunho social correspondeu à diminuição da taxa de violência urbana em Curitiba, durante os anos 90”. Esta resposta será provisória (portanto, permanecerá na condição de hipótese) enquanto não for confirmada pela realização da pesquisa. É possível que no curso do trabalho as evidências, os documentos, ou seja, as fontes, apontem para outra resposta. Nas palavras de Orides MEZZAROBIA e Cláudia Sevilha MONTEIRO: “ao apostarmos em determinado caminho, arriscamos ser surpreendidos no desenvolvimento da pesquisa por novas constatações ou eventos e acabar tendo que mudar de opinião. É o risco”.⁹ Assim, se o pesquisador, ao cotejar dados das Secretarias Estaduais da Habitação, do Trabalho, da Saúde, da Educação e do Abastecimento, com os da Secretaria do Estado e Segurança Pública, observar e concluir que a expansão do número de habitações populares, de ofertas de emprego, postos de saúde e leitos nos hospitais, de escolas e da distribuição de cestas básicas correspondeu ao aumento da violência, então é muito provável que ele tenha que rever sua hipótese e ampliar o leque de explicações prováveis ou testáveis.

Contudo, o pesquisador pode constatar que, apesar de ter havido aumento dos números absolutos da taxa de violência, em termos relativos, porém a violência entre os jovens de 15 a 21 anos diminuiu com os investimentos na área social. Ao estudioso do assunto poderia ser um indício de que a elevação da auto-estima e a percepção de melhora das expectativas de futuro têm efeito positivo sobre a taxa de violência entre jovens de 15 a 21 anos. Feito isto, o pesquisador terá acabado de estabelecer uma variável. No caso, a variável “idade”. Hipóteses são relações entre variáveis.¹⁰ Inicialmente a hipótese da pesquisa só tinha duas variáveis: direitos sociais e criminalidade. Agora outra variável foi inserida na hipótese: a “idade”. Reformulando-a fica: “A ampliação do acesso da população às prestações estatais de cunho social correspondem à distribuição da taxa de violência urbana entre jovens curitibanos de 15 a 21 anos, durante a década de 1990”. As variáveis compõem o elemento dinâmico da pesquisa.

2.3 Objetivos

A finalidade da elaboração dos objetivos num projeto de pesquisa é estabelecer os resultados que se quer atingir. Segundo Antônio HENRIQUES, esta fase corresponde ao momento do autor da pesquisa responder às questões: Por que fazer esta pesquisa? Para que realizá-la? Para quem realizá-la? A falta de clareza nos objetivos

⁹ MEZZAROBIA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Sevilha. *Manual de metodologia da pesquisa no direito*. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 201.

¹⁰ Há autores que têm a mesma opinião de OLIVEIRA, que afirma que as variáveis “são hipóteses secundárias, que podem sofrer alterações”. Apesar de ser verdadeira a afirmação, ela peca por confundir, mais do que esclarecer. Ver: OLIVEIRA, Silvio Luiz de. *op.cit.*, p. 170.

pode inviabilizar a pesquisa.¹¹ Todo o tiro precisa ter um alvo claro, caso contrário torna-se uma bala perdida.

O chamado objetivo geral é propriamente a meta que o autor da pesquisa quer alcançar. Em outros termos, é o objetivo geral da investigação científica. Assim, um objetivo geral é o marco a ser atingido. Com o exemplo de pesquisa que se está utilizando aqui, poderia ser formulado o seguinte objetivo geral: "demonstrar a existência da relação inversa entre efetividade dos direitos sociais e os índices de violência entre jovens curitibanos com idade entre 15 e 21 anos, durante a década de 1990". É importante notar que o verbo iniciará a oração e estará no infinitivo. Para HENRIQUES, dependendo de sua natureza, os objetivos gerais iniciarão com determinados tipos de verbos, a fim de exprimirem a ação requerida. Deste modo, em pesquisas de natureza exploratória são usados verbos como: conhecer, descobrir, identificar, levantar; em pesquisas descritivas em geral, são usados os verbos: caracterizar, descrever, traçar; já em pesquisas explicativas é mais comum usar: analisar, avaliar, verificar, explicar.¹²

É importante notar o fato de que para se atingir o objetivo geral proposto é necessário desdobrá-lo em dois ou mais objetivos menores. Estes, os objetivos específicos, não são outra coisa senão as várias tarefas que, depois de realizadas, levam o pesquisador a atingir o objetivo geral. São as várias etapas da pesquisa em si. No exemplo abaixo tem-se, para o objetivo geral A os objetivos específicos A1, A2, A3 e A4.

A - Determinar a existência de uma relação inversa entre efetividade dos direitos sociais e os índices de violência entre os jovens curitibanos com idade entre 15 e 21 anos, durante a década de 1990:

A1 – Verificar quais os bairros curitibanos com maiores índices de violência até meados da década de 1990;

A2 – Levantar quais os tipos de investimento sociais, realizados pelas três esferas de governo, que tenham atingido os moradores desses bairros;

A3 – Identificar em quais desses bairros houve alteração, para baixo, da taxa de violência juvenil;

A4 – Explicar porque as políticas sociais resultaram em diminuição da violência entre jovens.

Note-se que o atingimento dos objetivos específicos (A1, A2, A3 e A4) resultará na realização do objetivo geral (A).

¹¹ HENRIQUES, Antônio. *Monografia no curso de direito: metodologia e técnicas de pesquisa, da escolha do tema à apresentação gráfica*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2000, p. 62.

¹² *Ibid.*, p. 63.

PROJETO DE PESQUISA JURÍDICA: UMA ETAPA ESSENCIAL PARA A PRODUÇÃO ACADÊMICA

2.4 Justificativa

Este é o momento do pesquisador justificar a razão pela qual escolheu o tema. É a hora de explicar os motivos, inclusive pessoais, da investigação. É preciso apontar a importância geral do tema, bem como para algum caso particular. Se houver, é bom que se indique a contribuição da pesquisa para o âmbito científico, profissional e social. Para usar a mesma expressão de MEZZAROBA e MONTEIRO é o momento do aspirante a pesquisador “vender seu peixe”.¹³ Eduardo de Oliveira LEITE, por seu turno, ensina que este trabalho de convencimento terá que ser feito com argumentos racionalmente válidos, encadeados de forma lógica, a fim de conduzir “o leitor à expectativa em torno do problema abordado pelo pesquisador”.¹⁴ Considerando que muitos projetos de pesquisa precisam ser submetidos a bancas de aprovação (principalmente para obtenção de financiamentos), então a justificativa torna-se o momento apropriado para se apontar a relevância da pesquisa. A importância de uma investigação científica pode, em geral, ser de duas naturezas: científica ou social. Diz-se que o estudo de um determinado objeto tem relevância científica quando é pouco explorado ou quando as interpretações anteriores são polêmicas. Neste caso, a pesquisa tem uma importância para a própria ciência. Contudo, há casos em que a investigação de um determinado objeto reveste-se uma relevância que extrapola a circunscrição de uma ciência específica e reflete na sociedade.

2.5 Revisão bibliográfica

Ainda que na apresentação formal esteja inserido no meio do projeto de pesquisa, a revisão bibliográfica começa efetivamente já após a escolha do tema. Como, por exemplo, evitar a duplicidade de temas? Lendo os diversos trabalhos já escritos sobre o assunto escolhido. Somente assim o pesquisador poderá conhecer as diversas interpretações dadas ao tema e os variados enfoques pelos quais já foi contemplado. Só então se poderá ter a segurança de não estar realizando um trabalho repetitivo.

A revisão bibliográfica também é o espaço no qual o pesquisador deverá expor aquilo que alguns chamam “estado atual da arte”, que consiste em explicitar as principais produções acadêmicas sobre o assunto escolhido. Quais os autores que são referência no tema? Como eles o interpretaram? Qual (ou quais) interpretação(ões) fundamentará(rão) a sua pesquisa? Como contribuirão para atingir seus objetivos? É preciso salientar que a escolha da vertente interpretativa não se dá de forma neutra ou imparcial, pois é determinada pelas preferências do autor, por sua visão de mundo ou ideologia. Contudo, esta aparente subjetividade não exime o pesquisador de conhecer

¹³ MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Claudia S.. *op.cit.*, p. 206.

¹⁴ LEITE, Eduardo de Oliveira. *A monografia jurídica*. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, p. 168.

os posicionamentos contrários àqueles que adota, no tocante ao objeto de estudo. Uma investigação acadêmica que se candidata à credibilidade não pode prescindir da discussão das interpretações, tanto as favoráveis quanto as críticas, existentes sobre o assunto abordado.

2.6 Metodologia

A metodologia consiste nos procedimentos realizados para o atingimento dos objetivos da pesquisa. No projeto de pesquisa a metodologia deve estar bem clara e perfeitamente adequada aos objetivos propostos. Ela indica as formas, ou os instrumentos, pelos quais o pesquisador irá realizar as metas da investigação. Segundo Welber BARRAL, à metodologia se chega levantando questões como: Como o projeto será implementado? Como será a estrutura do raciocínio? Como escolher o procedimento a ser adotado?¹⁵

A metodologia, primeiramente, está ligada à abordagem geral ou à estrutura geral da pesquisa. Ela diz respeito ao adequado uso de métodos e técnicas combinadas que tornarão possível a investigação. A metodologia, portanto, está preocupada com o melhor uso de procedimentos em cada pesquisa. Método, por seu turno, é o modo como o pesquisador concebe seu objeto e sua explicação. Portanto, está relacionado à concepção geral da pesquisa. O método é a lógica que explica a adoção dos diversos procedimentos que apontam para um fim.¹⁶

Silvio Luiz de OLIVEIRA distingue dois tipos de método: o de abordagem e o de procedimento.¹⁷ O primeiro está relacionado à estrutura lógica do trabalho como um todo. O segundo relaciona-se com partes específicas da pesquisa. O método de abordagem pode ser dedutivo, quando parte-se de uma formulação técnica geral para aplicá-la a um caso particular; indutivo, quando a partir da análise de um caso particular, se formula uma teoria universal; dialético, quando se extrai conclusões de soluções inovadoras a partir da contraposição de idéias ou situações contrárias, ou comparativo, quando duas realidades ou teorias são comparadas e conclusões extraídas.¹⁸ É importante salientar que a opção por determinado tipo de metodologia, para abordagem geral, pode ser percebida já no sumário, onde se torna visível o caminho escolhido para o desenvolvimento da pesquisa. A metodologia geral, pelo fato de ser afeta ao trabalho como um todo, deve ser uma apenas. A escolha de mais de uma metodologia pode levar

¹⁵ BARRAL, Welber. *Metodologia da pesquisa jurídica*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003, p. 75.

¹⁶ Ver: CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. *Metodologia científica*. 5ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002, pp. 23, 49; DENKER, Ada de Freitas M.; VIÁ, Sara Chucid Da. *Pesquisa empírica em ciências humanas*. 2ª ed. São Paulo: Futura, 2001, pp. 45, 51.

¹⁷ OLIVEIRA, Silvio Luiz de. *op.cit.*, p. 40.

¹⁸ Para uma idéia mais abrangente dos diversos métodos utilizados nas pesquisas jurídicas, ver: BITTAR, Eduardo Carlos B. *Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para cursos de direito*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005; OLIVEIRA, Silvio Luiz de. *op.cit.*; BARRAL. *op.cit.*

PROJETO DE PESQUISA JURÍDICA: UMA ETAPA ESSENCIAL PARA A PRODUÇÃO ACADÊMICA

o trabalho de pesquisa a contradições gravíssimas. A metodologia geral é o modo pelo qual o pesquisador irá articular as variáveis entre si, portanto, num mesmo trabalho não podem coexistir duas formas de articulação dos objetivos específicos. Pois o objetivo geral só pode resultar da articulação dos objetivos específicos através de uma única lógica que lhes dê coerência.

Por outro lado, os métodos de procedimentos também podem ser adotados, sempre que cada objetivo específico o exigir. É muito comum, portanto, um método de abordagem geral (exigido pelo objetivo geral da pesquisa) coexistir com métodos específicos (exigidos por cada objetivo particular) em um mesmo trabalho de investigação. Desta forma, nada impede que para o objetivo geral, aqui usado como exemplo, (“Determinar a existência de uma relação inversa entre efetividade dos direitos sociais e os índices de violência, entre jovens curitibanos com idade entre 15 e 21 anos, durante a década de 1990”), se adote o método dedutivo, e para os objetivos específicos: A1 – “Verificar quais os bairros curitibanos com maiores índices de violência, até meados da década de 1990”, se adote um método estatístico-quantitativo; A4 – “Explicar porque as políticas sociais resultaram em diminuição da violência entre os jovens”, se utilize um método de pesquisa de campo, como entrevistas.

Vê-se, portanto, que uma pesquisa pode comportar vários métodos que visam o atingimento de uma única meta: o objetivo geral. Para atingir os vários objetivos específicos é possível recorrer a métodos específicos que auxiliarão o pesquisador a atingí-los. Por outro lado, para perseguir o objetivo geral, isto é, para alinhar coerentemente os objetivos específicos de forma a construir uma explicação inteligível do todo é necessária apenas uma método.

2.7 Cronograma

Este é o momento em que o pesquisador vai provar a viabilidade da pesquisa no tempo. Aqui o projeto se vê às voltas, novamente, com a questão da exeqüibilidade da investigação científica. Cada vez mais os prazos determinados para a execução das pesquisas têm diminuído (em geral, o Mestrado de 2,5 para 2 anos e Doutorado de 5 para 4 anos). Daí a necessidade de se fazer um cronograma realista e se manter fiel a ele. BARRAL afirma que uma definição cínica de cronograma seria “o calendário que nunca é seguido pelo aluno”.¹⁹ Isto porque há uma cultura no Brasil, da qual os pesquisadores não estão imunes, de deixar tudo para a última hora. Por isso, o cronograma deve servir como um alerta ao investigador, quando a pesquisa entrar em descompasso com o calendário. Além disso, o cronograma é umas dos meios mais eficientes para o orientador fixar encontros formais com o orientando a fim de acompanhar o processo de elaboração da pesquisa.

¹⁹BARRAL, Welber. *op.cit.*, p. 80.

Cronogramas poderão ter aspectos diferenciados de acordo com a natureza de cada pesquisa. As investigações acadêmicas, notadamente nas áreas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, têm seus cronogramas definidos principalmente pelo fator tempo. Assim, alguns estabelecem metas anuais, semestrais, trimestrais, mensais ou semanais. Outros cronogramas, apesar de considerar a variável tempo, dão mais peso a outros fatores. Na área da saúde, por exemplo, trabalha-se muito com metas ou etapas. É assim que, no processo de investigação de uma determinada vacina deve-se estabelecer como objetivo primeiro o isolamento do vírus. Em casos como estes o cronograma não considera o tempo como um fator decisivo porque é a própria necessidade social que pressiona os pesquisadores a alcançarem logo os resultados da pesquisa.

2.8 Levantamento bibliográfico

É o espaço do projeto (no final) onde o pesquisador deverá listar as fontes primárias (leis, revistas informativas, jurisprudência, etc.) e secundárias (livros, artigos e textos). A importância desta lista se evidencia pelo fato de tornar mais visível aos avaliadores do projeto o estágio em que o pesquisador se encontra no tocante ao conhecimento do assunto.

3 Considerações Finais

O projeto é primeiro passo efetivo na direção da produção de conhecimento científico. Não se trata de uma fase “menor” ou de uma etapa sem importância. Toda a sorte do pesquisador depende dele quando se trata de candidatura à uma orientação. O orientador terá o projeto de pesquisa como o principal testemunho da capacidade do candidato a pesquisador, bem como da exequibilidade da pesquisa. Como o projeto também funciona como um “plano de vôo”, ele acaba se tornando essencial para o próprio investigador. Este só não naufraga no mar da pesquisa se estiver bem informado por seu “mapa de viagem”.

Pesquisadores experientes conhecem o valor de um projeto para o investigador. Uma pesquisa bem planejada é um fator de gerar de segurança a quem se lança na atividade investigativa. Primeiro, porque a sua elaboração força o pesquisador a estabelecer um número determinado de correlações entre autores e entre teoria e prática, que acabam por prepará-lo para a pesquisa. Assim, a atividade de elaboração do projeto já é parte da atividade de pesquisa. Fazer um bom projeto, portanto, aumenta a probabilidade de se realizar uma boa investigação. Segundo, com um projeto claro e objetivo fica mais fácil realizar correções de percurso. Não é de todo incomum o pesquisador ter que realizar alterações no projeto durante a pesquisa. Se o planejamento da investigação for claro torna-se menos difícil realizar tais mudanças.

PROJETO DE PESQUISA JURÍDICA: UMA ETAPA ESSENCIAL PARA A PRODUÇÃO ACADÊMICA

Tanto o projeto quanto a pesquisa não são empreendimentos individuais. É imprescindível a discussão das idéias e pressupostos do pesquisador antes da elaboração de qualquer plano de atividades investigativas. Portanto, reuniões prévias com o orientador e outros pesquisadores da área são de suma importância para a realização de um bom projeto e, conseqüentemente, de uma boa pesquisa.

Referências Bibliográficas

- BARRAL, Welber. *Metodologia da pesquisa jurídica*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003.
- BITTAR, Eduardo Carlos B. *Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para cursos de direito*. 4ª ed., São Paulo: Saraiva, 2005.
- CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. *Metodologia científica*. 5ª ed., São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- COORDENAÇÃO GERAL DO CURSO DE DIREITO – UNIBRASIL. Instrução Normativa nº. 01 de 06 de dezembro de 2005. Estabelece novas regras para o processo de elaboração e apresentação do Trabalho de Conclusão do Curso de Direito, em substituição à Instrução Normativa nº. 01/2004. Disponível em: <http://www.unibrasil.com.br/arquivos/direito/regulamentoMonografiasDireito.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2006.
- DENKER, Ada de Freitas M.; VIÁ, Sara Chucid Da. *Pesquisa empírica em ciências humanas*. 2ª ed., São Paulo: Futura, 2001.
- HENRIQUES, Antônio. *Monografia no curso de direito: metodologia e técnicas de pesquisa, da escolha do tema à apresentação gráfica*. 2ª ed., São Paulo: Atlas, 2000.
- JIMÉNEZ SERRANO, Pablo. *Metodologia do ensino e da pesquisa jurídica: manual destinado à requalificação da atividade docente e da pesquisa científica nas universidades*. Barueri: Manole, 2003.
- LEITE, Eduardo de Oliveira. *A monografia jurídica*. 5ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.
- MEZZARROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Sevilha. *Manual de metodologia da pesquisa no direito*. São Paulo: Saraiva, 2003.
- MONTEIRO, Geraldo Tadeu Moreira. *Metodologia da pesquisa jurídica: manual para elaboração e apresentação de monografias*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar de. *Monografia jurídica: orientações metodológicas para o trabalho de conclusão de curso*. Porto Alegre: Síntese, 2001.
- OLIVEIRA, Silvio Luiz de. *Metodologia científica aplicada ao direito*. São Paulo: Pioneira, 2002.
- VENTURA, Deisy. *Monografia jurídica: uma visão prática*. 2ª ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.